



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

ANÁLISE DA DECOMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO DE MULHERES BRANCAS, NEGRAS E PARDAS EM 2002 E 2015

Débora Juliene Pereira Lima (1); Ana Márcia Rodrigues da Silva (1); Larissa Yasmin da Silva Cavini (2)

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), deborajplima@gmail.com; Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), anamarciaarodrigues@gmail.com; Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), larissacavini@yahoo.com.br

Resumo: As mulheres sofrem discriminação no mercado de trabalho, de maneira que, entre outros fatores, os rendimentos das mulheres brancas e, principalmente, das mulheres negras são inferiores aos dos homens. Além disso, em momentos de retração do nível de emprego, as mulheres são mais prejudicadas, uma vez que, enfrentam taxas de desemprego superiores as dos homens. Os anos de 2002 e 2015 se caracterizaram por altas taxas de desemprego. Diante disto, neste trabalho, objetiva-se analisar as mudanças na composição do desemprego das mulheres conforme a cor ou raça entre os referidos anos. Para tanto, seguiu-se uma metodologia de decomposição de índices de desemprego com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os resultados revelaram um aumento da participação das mulheres na composição do desemprego total e um aumento da participação das mulheres negras e pardas no desemprego de mulheres. Por outro lado, houve redução da participação de mulheres brancas no desemprego dentre as mulheres. O aumento da participação das mulheres no desemprego total se deve ao aumento da População Economicamente Ativa (PEA) desse grupo. A redução da participação das mulheres brancas no desemprego é explicada pelas suas maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, ao passo que, o aumento da participação de mulheres negras se deve à redução da demanda por trabalho de mulheres deste grupo.

Palavras-chaves: Mulheres; Desemprego; Mercado de Trabalho.

Introdução

A participação das mulheres no mercado de trabalho é um tema recorrente e que ganhou destaque, sobretudo, a partir dos anos 1970. Nessa década houve um aumento da participação feminina em postos de trabalhos antes ocupados apenas por homens. Outro fator importante a partir desse período, é que as mulheres se tornaram, em média, mais escolarizadas que os homens.

Apesar do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, a proporção de mulheres ocupadas ou à procura de

emprego no Brasil ainda é inferior à dos homens. Elas ainda não estão em condição de igualdade com os homens, em grande medida, em função da discriminação e da segregação que também determina a diferença salarial entre os gêneros.

Diante disso, o presente trabalho tem por finalidade analisar as mudanças na composição do desemprego feminino por cor ou raça nos anos de 2002 e 2015. Para isso, foi utilizada a metodologia de Corseuil (1997) com dados da PNAD dos respectivos anos, extraídos por meio do *software* Stata. O ano de 2002 foi escolhido por ser um ano de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

recessão econômica assim como é o caso do ano de 2015.

Para melhor compreensão do papel da mulher no mercado de trabalho, este estudo está estruturado em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, abordam-se estudos sobre a evolução das mulheres no mercado de trabalho. Na segunda, trata-se sobre o conceito de desemprego, com destaques para a questão do desemprego no Brasil. Na terceira, será apresentada a metodologia da pesquisa. Na quarta seção, são apresentados os resultados encontrados. Por fim, são apontadas as considerações finais do estudo.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro

Nos séculos passados, o homem era o único provedor do lar e o chefe da família. Naquele meio, a mulher não deveria trabalhar e auferir sua própria renda. Apenas quando elas ficavam viúvas, ou pertenciam a uma classe empobrecida, precisavam encontrar alguma forma de conseguir seu sustento e de seus filhos. Assim, trabalhavam, por exemplo, com a fabricação de doces por encomendas, elaboração de arranjos de flores, ofereciam aulas de piano, entre outros. Mas, além de pouco valorizadas, essas atividades não eram bem aceitas pela sociedade.

Mesmo assim, algumas mulheres conseguiram transpor as barreiras do preconceito e do papel de ser apenas esposa, mãe e dona do lar. Com o passar dos anos, as mulheres conquistaram um espaço maior no mercado de trabalho (PROBST, 2003).

Esse processo se intensificou em todos os países com a I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945), quando os homens partiram para os campos de batalha e as mulheres passaram a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho.

Segundo Probst (2003) a guerra provocou a morte e na incapacidade para o trabalho de muitos homens. Foi nesse momento, que as mulheres se inseriram com maior escala no mercado de trabalho.

No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista, inúmeras mudanças ocorreram na produção e na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas (PROBST, 2003. p.2).

Além disso, com a própria consolidação do sistema capitalista no século XIX, foram criadas algumas leis¹ que beneficiaram as mulheres (PROBST, 2003). Entre as mudanças na legislação, destaca-se a Constituição de 1932, que previa a igualdade salarial entre os sexos. Entretanto, mesmo com essa conquista, algumas formas de

¹ Ver Probst (2003).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

exploração perduraram durante muito tempo. As mulheres cumpriam jornadas de 14 e 18 horas e auferiam menores salários que os homens.

Conforme Bruschini (2007), entre 1980 e 1990, o Brasil passou por transformações demográficas, culturais e sociais que impulsionaram o aumento do trabalho feminino. Entre essas transformações destaca-se a queda da taxa de fecundidade, o aumento da expectativa de vida das mulheres ao nascer e da quantidade de lares chefiados por mulheres.

Para Hoffmann e Leone (2009), a ampliação da participação das mulheres na atividade econômica se deu a partir de 1980. Entre 1981 e 2002 a taxa de atividade² feminina passou de 32,9% para 46,6%, o que representa um acréscimo de 13,7% em 21 anos. Nesses mesmos anos, a participação dos homens se reduziu de 74,6 para 71,4%.

Outro fator relevante destacado pelos autores foi a mudança no o perfil etário feminino. No ano de 1981 a maior taxa de atividade (45,8%) foi observada na faixa etária entre 20 e 24 anos. A partir de 1985, a maior taxa de atividade feminina (50%) se ampliou para a faixa etária até 39 anos.

Com o aumento da participação no mercado de trabalho, a participação da mulher

na renda familiar, aumentou ao longo dos anos, e se tornou importante para uma melhoria das condições de vida na família. Há que se destacar que em muitos lares a única renda conquistada provém do trabalho da mulher.

No entanto, de acordo com Oliveira (2009), na década de 1990, o crescimento do desemprego atingiu duramente mulheres e homens. Conforme Lima e da Silva (2012), o desemprego feminino tende a ser mais afetado por variações sazonais que o masculino. No momento em que o emprego temporário e sazonal se expande, o desemprego de mulheres diminui mais acentuadamente que o desemprego dos homens. Porém, em momentos de contração do nível de emprego, as mulheres são mais prejudicadas e sua taxa de desemprego sobe mais que a dos homens.

Além disso, há desigualdades nas condições de inserção entre as próprias mulheres. A taxa de participação das mulheres mais pobres e com menos escolaridade é muito inferior à taxa de participação das mulheres mais escolarizadas. Isto aponta para a dificuldade de inserção as mulheres pobres no mercado de trabalho (ABRAMO, 2006).

Em relação a escolaridade das mulheres, nota-se que vem crescendo com o passar dos anos. A escolaridade das trabalhadoras é superior a escolaridade dos

² De acordo com o IBGE a taxa de atividade é definida como PEA e é composta por pessoas com mais de 10 anos de idade que estão ocupadas ou desocupadas.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

trabalhadores. A alta escolaridade tem impacto considerável sobre o trabalho feminino, pois as taxas de atividade das mulheres mais instruídas são maiores que as taxas gerais de atividade (BRUSCHINI, 2007). Apesar disto, as mulheres ainda recebem salários inferiores.

No Brasil, as desigualdades de gênero e raça não são fenômenos que estão referidos a 'minorias' ou a grupos específicos da sociedade. [...] As mulheres negras, por sua vez, correspondem a mais de 15 milhões de pessoas (18% da PEA) e, como resultado de uma dupla discriminação (de gênero e raça), apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os principais indicadores sociais e de mercado de trabalho (ABRAMO, 2006, p.40).

Nesta linha de raciocínio, Soares (2000) utiliza métodos quantitativos para mostrar a discriminação em relação aos negros e as mulheres. O autor demonstrou que os rendimentos dos homens negros, das mulheres brancas, e principalmente das mulheres negras, eram inferiores aos rendimentos dos homens brancos. Ele também constatou que havia tendência de redução da diferença entre os rendimentos desses grupos ao longo dos anos. Todavia, trata-se de uma redução lenta.

As mulheres que começaram a ter acesso ao nível superior de ensino eram predominantemente brancas. Enquanto isso, as mulheres negras e pardas, com menor escolaridade, continuaram a ocupar os cargos

com menor remuneração como os serviços domésticos (LIMA; FRANÇA, 2013).

Apesar disto, as diferenças de remuneração entre homens e mulheres não são reflexos da escolaridade. Isto porque, mesmo sendo mais escolarizadas que os homens, as mulheres brancas e negras têm salários inferiores aos dos homens.

Desde modo, ao abordar a condição vulnerável da mulher no mercado de trabalho é importante destacar que a situação das mulheres negras é ainda pior. Este grupo populacional ocupam os postos de trabalho com as menores remunerações.

O desemprego

Ressaltadas as características gerais de inserção da mulher no mercado de trabalho, cabe discutir as questões pertinentes ao desemprego, objeto de estudo desta pesquisa. Existem algumas visões conceituais sobre desemprego que merecem ser destacadas a seguir.

O primeiro conceito é o de desemprego funcional. Para Reinert (2001) o desemprego funcional seria um período referente à saída do trabalhador de seu último emprego até a admissão em outro emprego. Mas, nesse período que estão desempregados, os trabalhadores estão em busca de novos empregos.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Segundo Mochon e Troster (1994) *apud* Rossi e Oliveira (2005), para os economistas chamados clássicos ou monetaristas, o desemprego fundamenta-se no funcionamento do mercado e no desejo dos trabalhadores de receberem salários excessivamente altos. Assim, o desemprego é resultado de uma política de salários inadequada.

Rossi e Oliveira (2005) citam que a causa do aumento do desemprego pode ser explicada por três formas: razões conjunturais, estruturais e sazonais. Os fatores conjunturais estão relacionados aos períodos de recessão na economia. Os motivos estruturais se explicam com base nos efeitos da modernização (tecnologias). E os fatores sazonais se baseiam em determinados setores da economia e em certas épocas do ano.

As teorias econômicas possuem diferentes interpretações sobre o fenômeno do desemprego. Moretti e Lélis (2008) argumentam que na Teoria Geral de Keynes (1985), o desemprego é involuntário e determinado pela classe capitalista ao definir o nível de investimento. Como o investimento é instável, em função da incerteza com relação ao futuro da economia, o nível de emprego também é instável e é definido em um nível abaixo do pleno emprego. Para Keynes, a política econômica e o investimento se constituem em importantes

instrumentos para a redução dos níveis de desemprego.

Segundo Moretti e Lélis (2008) para a teoria econômica novo-clássica os preços se ajustam instantaneamente levando os mercados a equilíbrios constantes. Além disso, as decisões racionais dos empresários e dos trabalhadores representam um comportamento otimizador, de maneira que a oferta de trabalho é definida com base nos preços relativos. Desta forma, haveria desemprego se os trabalhadores exigirem um salário real maior do que o compatível com o equilíbrio. Tal desemprego existirá conforme a disposição dos trabalhadores a trabalharem por um salário maior. Assim o desemprego seria voluntário.

A teoria novo-clássica se apresenta como um contraponto a essas ideias de Keynes. Segundo Dathein (2010), a teoria novo-clássica faz uma crítica aos modelos keynesianos e argumenta que a política monetária não teria efeitos sobre o desemprego nem no curto e nem no longo prazo. O desemprego, para os Novos-Clássicos ocorre em função de choques externos.

Outra corrente teórica é o novo-keynesianismo. Sicsú (1999) relata que para o novo-keynesianismo, no longo prazo, os mercados se equilibram via preços e salários, a curva de oferta agregada é inelástica e não



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

existe desemprego involuntário. Sob essa visão, a microeconomia walrasiana é aproveitável e a macroeconomia keynesiana não é pertinente para analisar o longo prazo, pois, nesse período, não existiriam flutuações econômicas e, tão pouco, desemprego involuntário. “Portanto os novos keynesianos não são a negação da escola novo-clássica, apenas destacam a sua inadequação para o curto prazo” (SICSÚ, 1999, p. 86).

Diferentemente destas teorias ressaltadas, neste trabalho, adota-se uma visão keynesiana para o desemprego. Assim, o conceito utilizado para o estudo do desemprego das mulheres é o de desemprego involuntário.

O desemprego feminino no Brasil

De acordo com Bastos (2010) *apud* Lima e Da Silva (2012), na década de 1990 se aprofundaram os problemas estruturais do mercado de trabalho no Brasil, tais como a informalidade e a desregulamentação das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que houve aumento do desemprego. Para as autoras, os períodos de instabilidade econômica levam a prejuízos na produção industrial e para a expansão da capacidade produtiva das empresas impactando o nível de emprego.

Lavinas (2000) relata que até o início dos anos 1990 a taxa de desemprego feminino posicionava-se um pouco acima da taxa de desemprego masculina. A partir de 1990, a taxa de desemprego masculina ultrapassou a feminina, mesmo que ambas tenham mantidas tendências similares no ciclo econômico. Este fato ocorreu não porque melhorou as condições das mulheres, no mercado de trabalho, mas porque o emprego industrial, com predomínio de postos de trabalho masculinos, foi fortemente afetado no período.

Depois de 2000, o cenário mudou, e em 2004 observou-se um aumento no nível de emprego, formalização e diminuição nas taxas de desemprego. Esses fatores estão associados ao crescimento econômico e à elevação dos investimentos produtivos.

Em 2008, Fontoura (2009) mostrou que as maiores taxas de desemprego no Brasil foram observadas entre as mulheres mais jovens (17%), com idades entre 15 e 29 anos. As mulheres na posição de chefes de família ou cônjuge apresentaram taxas menores (6,8% e 6,6%). Além disso, as mulheres que residentes em áreas metropolitanas sofreram mais com o desemprego (12,1% em 2008) enquanto, entre as trabalhadoras rurais 3,5% enfrentavam o desemprego em 2008. Uma das justificativas seria pela estrutura diferenciada



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

das atividades nas áreas. A autora ressalta ainda que,

As mulheres mais pobres, cuja renda familiar per capita não ultrapassa meio salário mínimo (SM), são as que menos participam do mercado de trabalho e mais enfrentam o desemprego. Menos da metade delas trabalhava ou procurava emprego em 2008, e 19% das ativas estavam desempregadas, o que gera a reprodução da pobreza e aumenta o desalento. São, em geral, mulheres pouco escolarizadas e com poucas opções para o cuidado da família e dos filhos, e que têm, portanto, menos chances de trabalhar fora de casa. Trata-se do público prioritário para os programas sociais de transferência de renda e de geração de emprego e renda (FONTOURA, 2009, p.2).

Neste contexto do desemprego no Brasil, para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizados os anos de 2002 e 2015. Um dos motivos que justificam a escolha do ano de 2002 é porque foi o último ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O seu mandato ficou conhecido estagnação no crescimento econômico do país. Há que se destacar também a crise econômica sul-americana de 2002 que se originou em 2001 e afetou o Brasil.

Na mesma linha de raciocínio, o ano de 2015 é um ano de recessão da economia brasileira. Esse ano também foi o último mandato de um presidente, nessa época quem estava no poder era Dilma Rousseff. Em 2014 houve uma recessão, resultante de choques de oferta e de demanda, e esses choques foram ocasionados por opções de política econômica. Para Filho (2017) esses erros

foram por causa das políticas que formaram a “Nova Matriz Econômica”²² (NME).

Segundo dados extraídos do Banco Central do Brasil, no ano de 2002 houve um baixo crescimento econômico (3%). Em 2015 houve uma recessão de 3%. A trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) nesse período foi instável, com períodos de crescimento (como em 2010) e de recessão (como em 2009, 2015 e 2016). Assim, pelo fato de ter ocorrido baixo crescimento econômico em 2002 e recessão em 2015, estes anos foram escolhidos para essa pesquisa.

Apresentação dos dados

Para melhor compreender a análise do desemprego por cor ou raça, primeiro foram elaboradas tabelas com valores representados em porcentagens da PEA, pessoas ocupadas e desocupadas para visualização dos dados retirados da PNAD, entre os anos analisados.

Tabela 1 – Porcentagem de Homens e Mulheres na PEA, Ocupados e Desocupados em 2002 e 2015 (em%)

	2002	2015
Homens e Mulheres economicamente ativos	61,2	59,33
Homens e mulheres não economicamente ativos	38,8	40,67
Ocupados	90,38	90,23
Desocupados	9,62	9,77
Homens desocupados	9,0	7,9
Mulheres desocupadas	12,4	11,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Por meio da Tabela 1 nota-se que em 2002, os homens e mulheres economicamente ativos, representavam 61,2%. Em 2015 esse percentual diminuiu para 59,33%. Já os homens e mulheres não ativos aumentaram de 38,8% para 40,67%. Quanto às proporções de desocupados no Brasil nos anos de 2002 e de 2015, foram similares (9,62% em 2002 e 9,77 em 2015) para os respectivos anos.

Ainda com base na Tabela 1, nota-se que a taxa de desemprego no Brasil no ano de 2002 era de 9% para homens e de 12,4% para mulheres. No ano de 2015, essas taxas se reduziram, de tal modo que, a dos homens passou para 7,9% e a das mulheres para 11,7%. Percebe-se que a taxa de desemprego de mulheres é maior nos dois anos analisados. A Tabela 2 apresenta a relação de mulheres na PEA.

Tabela 2 – Mulheres na PEA, Ocupadas e Desocupadas em 2002 e 2015 (em %)

	2002	2015
Mulheres economicamente ativas	50,35	49,98
Mulheres não economicamente ativas	49,64	50,02
Ocupadas	87,81	87,85
Desocupadas	12,19	12,15

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD.

Por meio da Tabela 2, observa-se que a proporção de mulheres na PEA nos anos de 2002 e 2015 não apresentaram diferenças significativas (50,35% em 2002 e 49,98% em 2015). Quanto às mulheres ocupadas e

desocupadas, em 2002, a proporção de mulheres desocupadas era de 12,19% e em 2015 era de 12,15%. Esses resultados demonstram que o comportamento do desemprego não variou muito nos dois anos analisados.

A seguir apresenta-se uma análise das variáveis analisadas conforme a cor autodeclarada pelas mulheres de acordo com os microdados da PNAD.

Tabela 3 – Mulheres Brancas, Mulheres Brancas na PEA, Ocupadas e Desocupadas em 2002 e 2015 (em %)

	2002	2015
Mulheres Brancas	50,15	42,85
Mulheres Brancas economicamente ativas	50,75	50,69
Mulheres Brancas não economicamente ativas	49,25	49,31
Ocupadas	89,42	89,99
Desocupadas	10,58	10,01

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD.

Com base nos dados da Tabela 3, percebe-se que 50,15% das mulheres no ano de 2002 e 42,85% em 2015, se declararam brancas. Estes percentuais representam a maior parte das mulheres. Além disso, 50,75% estavam economicamente ativas e 49,24% não estavam em 2002. Em 2015, 50,69% estavam economicamente ativas e 49,31% não.

A mesma tabela apresenta a proporção de mulheres brancas que estão ocupadas e desocupadas nos respectivos anos. Essa porcentagem não variou muito. O percentual



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

de mulheres brancas ocupadas passou de 89,42% para 89,99% e de desocupadas de 10,58% para 10,01% desocupadas.

Na próxima tabela são apresentados os mesmos dados para negras e pardas.

Tabela 4 – Mulheres Negras, Mulheres Pardas, Mulheres Negras e Pardas na PEA, Ocupadas e Desocupadas em 2002 e 2015 (em %)

	2002	2015
Mulheres Negras	5,67	9,05
Mulheres Pardas	43,56	47,26
Mulheres Negras e Pardas economicamente ativas	49,88	59,27
Mulheres Negras e Pardas não economicamente ativas	50,12	40,73
Ocupadas	86,06	89,13
Desocupadas	13,94	10,87

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD.

Embora a maior parte das mulheres tenha se autodeclarado como brancas, de acordo com a Tabela 4, o percentual de mulheres que se declararam negras e pardas juntos representam a maioria³ das mulheres em ambos os anos (5,67% negras e 43,56% pardas em 2002 e 9,05% negras e 47,26% pardas em 2015). As mulheres negras e pardas que estavam economicamente ativas representavam 49,88% do total em 2002, passando para 59,27% em 2015. Pode-se observar também, que a taxa de desocupação

³ 0,24% das mulheres em 2002 e 0,45% em 2015 se declararam indígenas. 0,37% das mulheres em 2002 e 0,39% em 2015 se declararam amarelas. 0,01% das mulheres em 2002 e 0% em 2015 não fizeram declaração de raça. Por representarem pequenos percentuais, estas declarações não foram consideradas na análise.

de mulheres negras e pardas passou de 13,94% em 2002 para 10,87% em 2015, o que representa uma redução de mais de 3 pontos percentuais no desemprego dessas mulheres.

Após a apresentação dos dados da pesquisa, foi realizada a decomposição do desemprego das mulheres, mulheres brancas e mulheres negras e pardas de 2002 para 2015, que está apresentada na seção abaixo.

Metodologia

No presente trabalho, foram utilizados os dados da PNAD⁴ com a finalidade de verificar dos determinantes do desemprego de mulheres, mulheres brancas e mulheres pretas e pardas. Com esse intuito, foi utilizada a metodologia do trabalho de Corseuil *et al.* (1997). Para a escolha de um grupo específico *i* no desemprego (U_i/U) do Brasil como um todo (mulheres, mulheres brancas e mulheres negras e pardas), tem-se que:

$$U_i/U = U_i/N_i \cdot N_i/P_i \cdot P_i/P \cdot P/N \cdot N/U \quad (1)$$

Onde:

U_i é o número de membros desempregados no grupo *i*;

⁴ A PNAD é realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta ferramenta que utiliza base populacional que abrange o país todo tem como objetivo obter informações sobre características demográficas, habitação, educação, trabalho e rendimentos (COSTA; GIATTI, 2003).

**XX REDOR**Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

N_i é o número de membros da PEA no grupo i ;

U é o número total de desempregados;

N é o número total de membros da PEA;

P_i é o número de membros da População em Idade Ativa (PIA) do grupo i ;

P é o número total de membros da PIA.

A expressão 1 também pode ser escrita:

$$U_i/U = (U_i/N_i)/(U/N) \cdot (N_i/P_i)/(N/P) \cdot (P_i/P) \quad (2)$$

Na forma logarítmica a expressão 2 pode ser reescrita:

$$\ln(U_i/U) = [\ln(U_i/N_i) - \ln(U/N)] + [\ln(N_i/P_i) - \ln(N/P)] + \ln(P_i/P) \quad (3)$$

Por meio da expressão podemos obter:

$$\Delta \ln(U_i/U) = [\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)] + [\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)] + \Delta \ln(P_i/P) \quad (4)$$

Ao admitir que o desemprego seja involuntário, o termo $\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$, capta se o desemprego foi motivado pelo lado da demanda por trabalho, realizada pelas

empresas. Enquanto isso, os termos $\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$ e $\Delta \ln(P_i/P)$ demonstram se o desemprego foi motivado pelo lado da oferta de trabalho, realizada por parte das trabalhadoras.

Resultados e discussão

Na Tabela 5 apresenta-se o comportamento da participação das mulheres no desemprego total e da participação das mulheres brancas, negras e pardas no desemprego de mulheres. Além disso, demonstram-se os determinantes desse comportamento, relacionados à demanda ou à oferta. Os resultados apresentados na segunda coluna da tabela ($\Delta \ln U/U_i$) indicam a participação das mulheres no desemprego. As outras colunas indicam se esse resultado se deve à demanda por trabalho (terceira coluna) ou se a fatores do lado da oferta (quarta e quinta colunas).

Tabela 5 – Decomposição do Desemprego de Mulheres, de Mulheres Brancas e de Mulheres Negras e Pardas nos anos de 2002 e 2015

Grupos	$\Delta \ln(U_i/U)$	$[\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)]$	$[\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)]$	$\Delta \ln(P_i/P)$
Mulheres	0,005	-0,018	0,023	-0,655
Mulheres brancas	-0,214	-0,006	0,006	-0,169
Mulheres negras e pardas	0,751	2,158	-0,093	0,824

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Os resultados negativos na Tabela 5 indicam que o termo contribuiu para a diminuição do desemprego. Por outro lado, os números positivos indicam contribuição para o aumento do desemprego.

Com base na Tabela 5 pode-se observar que a participação das mulheres no desemprego total aumentou do ano de 2002 para o ano de 2015 (0,005). O determinante desse resultado é aumento da PEA desse grupo, ou seja, é explicado pelo lado da oferta de trabalho.

A participação de mulheres brancas no desemprego de mulheres se reduziu (-0,214), principalmente devido a fatores relacionados à oferta, embora os fatores de demanda também tenham contribuído para esta diminuição. Assim, a redução no desemprego deste grupo é explicada por uma redução na oferta de trabalho de mulheres brancas, associada a uma maior inserção dessas mulheres no mercado de trabalho.

Por outro lado, a participação das mulheres negras e pardas no desemprego aumentou (0,751). Os fatores que explicam este aumento são explícitos pela dificuldade em encontrar um emprego (demanda por trabalho) e por fatores demográficos (aumento da PIA deste grupo).

Isto demonstra que as mulheres negras e pardas encontram maior dificuldade de conseguir um trabalho que as mulheres brancas, fato corroborado pelos números apresentados na terceira coluna da Tabela 5 (componente da demanda por trabalho). Isto é, possivelmente há menos empregadores dispostos a contratar mulheres negras e pardas.

Desta forma, pode-se observar que a situação do desemprego afetou mais as mulheres negras e pardas, devido aos fatores de demanda por trabalho e aumento da PIA. Nota-se também que as mulheres negras e pardas sofreram mais com o desemprego por fatores relacionados à demanda por trabalho, pois, o desemprego aumentou em função da redução da demanda por trabalho.

Considerações finais

O mercado de trabalho no Brasil se constituiu segregando mulheres e negros. O problema do desemprego se aprofundou em períodos como o da década de 1990 e apresentou uma trajetória distinta nos anos 2000. Neste período, quando a economia cresceu, as taxas de desemprego se reduziram.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu de maneira mais intensa a partir dos anos 1970, mas elas, ao longo de todo o processo de inserção, receberam as



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

menores remunerações. Recentemente, podemos constatar que a escolaridade das mulheres é superior à dos homens, e mesmo sendo mais escolarizadas, os salários são inferiores aos salários pagos a eles. Além disso, as mulheres negras e pardas ocupam os trabalhos com as menores remunerações e a desigualdade que ainda persiste.

Os anos de 2002 e 2015 são caracterizados pelo aumento do desemprego e por baixo crescimento econômico em 2002 e recessão econômica em 2015. O objetivo desse trabalho foi apresentar a decomposição do desemprego de mulheres e de mulheres brancas, negras e pardas de 2015 em relação a 2002. Os resultados revelaram que houve aumento da participação das mulheres no desemprego total e o que explica isso é o aumento da PEA desse grupo, ou seja, fatores relacionados à oferta de trabalho.

A participação de mulheres brancas no desemprego de mulheres se reduziu em função da diminuição da oferta de trabalho e do aumento da demanda por trabalho deste grupo. Por outro lado, a participação das mulheres negras e pardas no desemprego de mulheres aumentou em função, principalmente, da redução da demanda por trabalho.

Desta forma, pode-se concluir que as mulheres estão em uma situação de maior vulnerabilidade social porque recebem as

menores remunerações e possuem as maiores taxas de desemprego. Além disso, a situação das mulheres negras é ainda pior. Estas são menos escolarizadas, ocupam os piores postos de trabalho e sua participação no desemprego tem aumentado, conforme apontaram as decomposições.

Referências

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e cultura**, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.

BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves de; LEMOS, Ana Heloisa. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 4, p. 31-52, 2005.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 67-104, 2000.

CORSEUIL, Carlos. Henrique, L. Determinantes da evolução da estrutura do desemprego no Brasil: 1986-1995. **Economia Aplicada**. São Paulo: USP, v. 1, n. 3, p. 443-467, 1997.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, 2009.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1, p. 97, 2005.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. **A Crise Econômica de 2014/2017**. São Paulo, 2017.

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade? IPEA. **Mercado de trabalho** 41, nov. 2009.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, v. 14, n. 2, 2009.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente, CARVALHO, Sandro Sacchet; CORSEUIL, Carlos, Henrique, L. RAMOS, Lauro, R. A. **Análise do Mercado de Trabalho**. IPEA. Boletim do Mercado de Trabalho, Análise e Conjuntura, 64, abril 2018.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 16, 1998.

LAVINAS, Lena; AMARAL, Marcelo Rubens do; BARROS, Flávio. Evolução do

desemprego feminino nas áreas metropolitanas. **Texto para Discussão do IPEA**, 2000.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda; BARRETO, Sandhi Maria; GIATTI, Luana. Condições de saúde, capacidade funcional, uso de serviços de saúde e gastos com medicamentos da população idosa brasileira: um estudo descritivo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 735-743, 2003.

LIMA, Débora Juliene Pereira; DA SILVA, Ana Márcia Rodrigues. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO FEMININO NA REGIÃO SUL DO BRASIL: 2004–2008. **Economia e Desenvolvimento**, v. 24, n. 1, 2012.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). **Dossiê Mulheres Negras**, p. 53, 2013.

MORETTI, Bruno; LÉLIS, Marcos. Economia clássica e novo-clássica versus Keynes e pós-keynesianos: um debate ontológico. **Ensaio FEE**, v. 28, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, Pedro Rodrigues de; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; PAZELLO, Elaine Toldo. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. **Nova Economia**, v. 19, n. 2, p. 291-324, 2009.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Microdados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pme>. Acesso em: junho de 2018.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA
DE DOMICÍLIOS. **Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística. Microdados.**
Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pnad>
Acesso em: junho de 2018.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo.
A evolução da mulher no mercado de
trabalho. Santa Catarina. **Instituto
Catarinense de Pós-Graduação**, p. 1-8,
2003.

REINERT, José Nilson. Desemprego: causas,
consequências e possíveis soluções. **Revista
de Ciências da Administração**, v. 3, n. 5, p.
45-48, 2001.

ROSSI, Thaine; OLIVEIRA, EAAQ. A
questão do desemprego no Brasil. **IX
Encontro Latino Americano de Iniciação
Científica**, 2005.

SICSÚ, João. Keynes e os novos-
keynesianos. **Revista de Economia Política**,
v. 19, n. 2, p. 74, 1999.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Perfil da
discriminação no mercado de trabalho:
homens negros, mulheres brancas e mulheres
negras. **Texto para Discussão do IPEA**,
2000.